



★ continuação

exigíveis o valor nominal unitário acrescido da respectiva remuneração, na ocorrência de determinados eventos de inadimplimento, incluindo, entre outros: (i) descumprimento de obrigações previstas na escritura de emissão; (ii) alteração do controle societário da Emissora sem a prévia anuência do debenturista, exceto nos casos em que os atuais acionistas permaneçam, em conjunto, no controle direto ou indireto da Emissora; e (iii) ocorrência de eventos relacionados à insolvência da Emissora, tais como pedido ou decretação de falência, liquidação, intervenção ou deferimento de pedido de recuperação judicial. **9. Ativo financeiro: 9.1. Política contábil:** Os investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final do contrato de concessão são classificados, no balanço patrimonial, como ativo financeiro, por representarem um direito incondicional de receber caixa do poder concedente. De acordo com o IPC 01 (R1) - Contratos de concessão, os investimentos realizados, quando o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos, devem ser tratados como ativo financeiro e não registrados no ativo imobilizado do concessionário. **9.2. Composição:** Para fins de melhor divulgação da natureza da informação apresentada, a Companhia ajustou a nomenclatura utilizada para a apresentação do saldo em 31 de dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, o montante de R\$ 174.320 estava apresentado na rubrica de adiantamentos. A alteração refere-se apenas à forma de apresentação, não tendo impacto sobre os saldos previamente reportados.

	Saldo Inicial	31/12/2024	Adições	Baixas (a)	31/12/2025
Metrô BH S.A. (b)	174.320	919.072	(882.433)		210.959
Total	174.320	919.072	(882.433)		210.959

(a) Baixa do ativo financeiro em contrapartida à redução do capital social (Nota Explicativa nº 17), em decorrência da realização do investimento previsto nos marcos contratuais estabelecidos no contrato de concessão. (b) O saldo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a adiantamento relacionado aos marcos de investimento da Companhia. **10. Depósito judicial: 10.1. Política contábil:** São valores depositados pela Companhia em juízo como garantia de processos judiciais e ou administrativos, e estão relacionados a contingências trabalhistas. Tais depósitos são registrados no ativo não circulante, quando há expectativa de sua recuperação, independentemente da classificação da provisão correspondente. **10.2. Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	83.083	78.956
Penhora de crédito	679	679
Total	83.762	79.635

11. Imobilizado: 11.1. Política contábil: Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. A depreciação é iniciada quando os bens estão disponíveis para uso, sendo calculada e reconhecida na demonstração do resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos bens que varia em

	31/12/2024		
		Depreciação	Saldo inicial
Imobilizado de uso	Custo	acumulada	líquido
Veículos de passageiros - Próprios (a)	216.989	(128.157)	88.832
Benfeitorias em propriedades de terceiros	9.686	(417)	9.269
Máquinas, aparelhos e equipamentos	9.458	(249)	9.209
Obras em andamento	-	-	-
Equipamentos de processamento de dados	4.709	(3.800)	909
Veículos de apoio	6.001	(4.177)	1.824
Móveis e utensílios	4.498	(3.855)	643
Equipamentos de comunicação	6.841	(2.559)	4.282
Instalações	-	-	-
Subtotal	258.182	(143.214)	114.968
Bens Reversíveis			
Obras - Bens reversíveis	1.281	-	1.281
Subtotal	1.281	-	1.281
Total	259.463	(143.214)	116.249

(a) O saldo em sua relevância está composto por 24 trens da série 900, conforme contrato de concessão eles deverão ser substituídos por período máximo de 6 anos. (b) O saldo foi reclassificado para o Ativo Intangível, tendo em vista que, o montante atende aos critérios de reconhecimento como ativo intangível, por estar relacionado a direitos vinculados à concessão. **12. Intangível: 12.1. Política contábil:** Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, deduzidos os descontos comerciais e abatimentos. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzida a amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por redução do valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, não tem seus custos de desenvolvimento capitalizados, esses gastos são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos. **f) Direitos de concessão:** A Companhia opera serviços de transporte coletivo de passageiros por meio de contratos de concessão,

	31/12/2024			
	Custo	Amortização acumulada	Saldo inicial líquido	Adições de 2024
Intangível				
Softwares	2.035	(980)	1.055	628
Subtotal	2.035	(980)	1.055	628
Bens Reversíveis				
Direito de concessão (a)	148.772	(38.855)	109.917	3.684
Subtotal	148.772	(38.855)	109.917	3.684
Total	150.807	(39.835)	110.972	4.312

(a) O saldo está refletido em 10 trens, dos quais são bens reversíveis. A amortização desses ativos é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada correspondente ao prazo do contrato de concessão. Ao final da vigência do contrato, esses bens deverão ser revertidos ao poder concedente. **13. Fornecedores: 13.1. Política contábil:** Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Tais obrigações, são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável. **13.2. Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (a)	182.099	22.815
Total	182.099	22.815

Circulante 180.348 21.064
Não circulante 1.751 1.751
Total 182.099 22.815

(a) A variação está relacionada a aquisição de peças para o sistema de sinalização, prevista como marco do contrato de concessão. **14. Obrigações trabalhistas: 14.1. Política contábil:** As obrigações trabalhistas correspondem aos valores devidos aos colaboradores em decorrência da legislação trabalhista e previdenciária vigente. Essas obrigações são reconhecidas contabilmente no passivo à medida que os serviços são prestados pelos colaboradores, sendo mensuradas com base nas remunerações contratuais e encargos incidentes até a data do balanço. **14.2. Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Férias	8.656	7.624
Salários a pagar	4.194	3.962
INSS a recolher	2.156	2.466
FGTS a recolher	621	471
Total	15.627	14.523

15. Outras obrigações: 15.1. Política contábil: As outras obrigações compreendem passivos de natureza diversa que não se enquadram nas classificações específicas de fornecedores. As obrigações são mensuradas pelo valor nominal, acrescido de juros, encargos ou ajustes previstos contratualmente, quando aplicável, e classificadas como circulantes ou não circulantes de acordo com a expectativa de liquidação. **15.2. Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Aporte Estadual (a)	466.195	466.195
Outras contas a pagar	639	1.673
Total	466.834	467.868

Circulante 568 1.602
Não circulante 466.266 466.266
Total 466.834 467.868

(a) O saldo representa a execução dos projetos contemplados no Aporte Estadual, cujos recursos foram liberados pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Após a conclusão dos investimentos obrigatórios vinculados ao Aporte Federal, eventuais saldos remanescentes dos aportes recebidos serão reconhecidos pela Companhia como receita operacional. **16. Passivos contingentes: 16.1. Política contábil:** Na Companhia são provisionadas as contingências não circulante, com as seguintes classificações: • **Provisão de processos cíveis:** correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, inclusive morais; • **Provisão de processos trabalhistas:** referem-se a diversas demandas trabalhistas movidas por ex-colaboradores de empresas prestadoras de serviços. A Companhia reconhece uma provisão quando utilizamos os seguintes critérios: • Há obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; • É provável que tenha uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação; • Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Atendendo aos critérios acima, contabilizamos os casos definidos como prováveis, diante das faixas de risco. Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Para os exercícios findos 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não possui ativos contingentes. Os passivos

média 36 anos para os Trens. Os principais fatores considerados na definição da vida útil dos bens que compõem a frota da Companhia são as informações dos fabricantes, o nível de operação dos veículos, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de desatualização tecnológica dos bens. As taxas médias de depreciação ano, que levam em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, são apresentadas conforme a seguir:

	Vida útil % ao ano	31/12/2025	31/12/2024
Vans	7%	7%	
Trens	4%	4%	
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10%	
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%	10%	
Equipamentos de processamento de dados	20%	20%	
Veículos de apoio	20%	20%	
Móveis e utensílios	10%	10%	
Equipamentos de comunicação	10%	10%	
Um item de imobilizado é baixado ou transferido para ativos disponíveis para venda, quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da transferência de titularidade do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor líquido contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado na alienação de imobilizado", no exercício que ocorrer a baixa do ativo. O valor residual de recuperação com a venda e o valor depreciável são estimados por tipo de veículo e histórico de renovação de frota, conforme avaliação interna da Companhia. A seguir, apresentam-se os percentuais utilizados:			

	Valor residual	Valor depreciável
Veículos de passageiros	48%	52%
Trens	60%	40%
Vans	60%	40%
Revisão da estimativa da vida útil dos ativos imobilizados: Em 2023, os avaliadores internos emitiram um laudo de avaliação do segmento metro ferroviário, analisando a frota atual e o tempo médio de renovação. Em 2024 e 2025, a Companhia revisitou as premissas e os dados utilizados nesse laudo e, após nova análise das estimativas de vida útil e do valor residual da frota, não foi identificada a necessidade de alterações. Revisão do valor recuperável dos ativos: O valor residual do ativo imobilizado é analisado anualmente para verificar possível perda no seu valor recuperável. Com exceção da frota de veículos, não são atribuídos valores residuais aos demais itens integrantes do ativo imobilizado, uma vez que, quando realizados por venda, possuem valores residuais irrelevantes. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia não constatou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados é necessária.		

					31/12/2025	
Adições de Bens	Depreciação	Baixa de Ativos	Transferências (b)	Saldo final líquido	Custo	Depreciação acumulada
1.003	(764)	(17.780)	-	71.291	180.244	(108.953)
1.916	(103)	-	-	11.082	11.603	(521)
1.651	(230)	-	-	10.630	11.107	(477)
2.052	-	-	-	2.052	2.052	-
1.224	(326)	-	-	1.807	5.087	(3.280)
139	(497)	-	-	1.466	6.141	(4.675)
241	(138)	(16)	-	730	4.495	(3.765)
6	(677)	-	-	3.611	6.827	(3.216)
10	-	-	-	10	10	-
8.242	(2.735)	(17.796)	-	102.679	227.566	(124.887)
-	-	-	(1.231)	50	50	-
-	-	-	(1.231)	50	50	-
8.242	(2.735)	(17.796)	(1.231)	102.729	227.616	(124.887)

firmados com os poderes concedentes. Os direitos de concessão da Companhia que são decorrentes do contrato de concessão, são registrados como ativo intangível, a título de outorga, e são amortizados pelo método linear ao longo do prazo de vigência do contrato de concessão, sendo o valor correspondente reconhecido como custo de amortização na demonstração do resultado. **ii) Softwares:** Os softwares são classificados como intangíveis com vida útil definida, ou seja, são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício social e as mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa, consistente com a utilização do ativo intangível à taxa de 20% ao ano.

				31/12/2025	
Despesas	Amortização	Transferências	Saldo final líquido	Custo	Amortização acumulada
228	(4)	-	1.679	2.605	(926)
28	(4)	-	1.679	2.605	(926)
684	(5.125)	1.231	109.707	153.687	(43.980)
84	(5.125)	1.231	109.707	153.687	(43.980)
12	(5.129)	1.231	111.386	156.292	(44.906)

contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados (Nota Explicativa nº 16), e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos. **16.2. Composição:** A Composição possui certos processos de natureza trabalhista e cível, cuja possibilidade de desfecho foi considerada provável, suportada por seus assessores jurídicos, sendo registrado o provimento.

contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados (Nota Explicativa nº 16), e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Para a mensuração da provisão, o valor reconhecido deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Essas estimativas são definidas pelos assessores jurídicos, baseando-se na experiência de atuação da sua área e históricos de outros processos. **16.2. Composição:** A Companhia possui certos processos de natureza trabalhista e cível, cuja possibilidade de desfecho foi considerada provável, suportada por seus assessores jurídicos, sendo registrada provisão como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	887	98
Processos trabalhistas	91.278	91.770
Total	92.165	91.868

16.3. Movimentação dos passivos contingenciais:

	Saldo em	31/12/2024	Adições	Reversões	31/12/2025
Processos cíveis	98	789	-	-	887
Processos trabalhistas	91.770	-	(492)	-	91.278
Total	91.868	789	(492)	-	92.165

Em função da quantidade de processos nos quais a Companhia está envolvido e das particularidades de cada processo não é possível determinar ou estimar o prazo de desembolso deste grupo de passivos contingentes. A Companhia acredita que as estimativas relacionadas a conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra empresa, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, consequentemente, antecipando a finalização de processos envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programa de incentivo ao pagamento dos débitos, implementados no Brasil a nível federal e estadual, em condições favoráveis que podem levar ao desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior a valor da causa. Além das provisões para contingências registradas, a Companhia encontra-se envolvida em outras demandas judiciais, que nos nossos assessores jurídicos julgam como sendo de perda possível, portanto, não requer registros contábeis. Vide composição a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Processos cíveis	3.106	80
Processos trabalhistas (a)	45.219	813
Total	48.325	893

(a) O aumento decorre, principalmente, do crescimento no volume de demandas ajuizadas durante o exercício de 2025. **17. Patrimônio líquido: 17.1. Capital social:** O capital social da Companhia, totalmente subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 913.141, é composto por 37.517.875,559 ações ordinárias nominativas, de propriedade de pessoas jurídicas residentes no país.

	%	30/12/2025	31/12/2024
VDMM Participações S.A.	100%	37.517.875,559	37.517.875,559
Total	100%	37.517.875,559	37.517.875,559

17.2. Reservas de capital: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 1.201.700 (R\$ 319.267 em 31 de dezembro de 2024) corresponde à redução do capital social decorrente da baixa de ativo financeiro, efetuada à medida da realização dos investimentos previstos nos marcos contratuais do contrato de concessão, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 9. **17.3 Adiantamento para futuro aumento de capital:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 914.339 (R\$ 208.720 em 31 de dezembro de 2024) referente a aportes realizados por sua acionista VDMM Participações S.A. **17.4. Prejuízos acumulados:**

	30/12/2025	31/12/2024
Prejuízos acumulados	(60.006)	(143.381)
Ajuste de exercícios anteriores	-	1.653
Resultado do exercício	31.564	81.722
Total	(28.442)	(60.006)

18. Receita líquida: 18.1. Política contábil: A receita bruta de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização. **Receita de prestação de serviços:** As receitas correspondentes ao transporte urbano de passageiros são reconhecidas levando em consideração as obrigações com o poder concedente, podendo ser mensuradas nas demonstrações financeiras mediante contraprestação de passageiros transportados ou venda de passagens. **Receita de aluguel:** Receitas provenientes de imóveis e espaços de publicidade. **Tributação sobre as receitas:** As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	De 12% a 18%
Cofins - Contribuição para seguridade social (cumulativo e não cumulativo)	3% e 7,6%
PIS - Programa de integração social (cumulativo e não cumulativo)	0,65% e 1,65%
ISSQN - Impostos sobre serviços de qualquer natureza	De 2% a 5%
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - transporte de passageiros	1,60%

As contribuições ao PIS e à Cofins são apuradas de acordo com a legislação vigente, sob o regime [cumulativo/não cumulativo, conforme aplicável]. Tais contribuições incidem sobre a receita bruta não registrada com deduções da receita operacional. Quando aplicável o regime não cumulativo, os créditos de PIS e Cofins são reconhecidos em contrapartida à redução dos custos dos serviços prestados ou do ativo correspondente, conforme sua natureza. Em 2015, o Decreto nº 8.426 de 10 de abril restabeleceu a incidência de PIS e Cofins sobre as receitas financeiras, nas seguintes alíquotas: PIS - Programa de integração social 0,65% Cofins - Contribuição para seguridade social s/Receitas Financeiras 4,00% Esses encargos são contabilizados como deduções das receitas de prestações de serviços. **18.2. Composição:**

	31/12/2025	31/12/2024
Receita	169.137	142.498
Receita de linhas sobre trilhos	169.137	142.498
Impostos e contribuições	(2.805)	(2.957)
Contribuição Previdenciária (a)	(2.805)	(2.957)
Total	166.332	139.541

(a) A Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (PRB) foi apurada à alíquota de 2% no exercício de 2024. A partir de 2025, a alíquota foi reduzida para 1,60%, de acordo com a legislação aplicável. **19. Custos, receitas (despesas) operacionais:** Apresentamos a seguir, as receitas, custos e despesas da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	31/12/2025	31/12/2024
Custos		
Pessoal (a)	(74.194)	(85.199)
Prestação de serviços	(13.686)	(10.678)
Energia elétrica	(11.927)	(15.551)
Depreciação e amortização	(6.176)	(6.183)
Outros custos operacionais	(5.135)	(4.213)
Materiais de manutenção e reparo	(4.900)	(4.814)
Conservação de bens e instalações	(1.137)	(1.177)
Combustível e lubrificantes	(335)	(675)
Arrendamento mercantil e locação de bens	(17)	(

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/E685-F580-1308-2148> ou vá até o site <http://assinaturas.certisign.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E685-F580-1308-2148



Hash do Documento

MuR3u9Yc7TNPt48ftZWQiUW9MgkOrFnrp3RCnVqeHxQ=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/03/2026 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 26/03/2026 21:54

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

Evidências

Geolocation: Latitude: -19.912231 Longitude: -43.9484378 Accuracy: 3963.2008740227934

IP: 172.16.4.13

AC: AC SAFEWEB RFB v5

